

EDITORIAL

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

O **Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal de 2023 - Edição Norte/Nordeste**, que aconteceu em Salvador nos dias 24 e 25 de agosto, foi um sucesso! Veja a cobertura completa do evento.

Nos Informes, trazemos a publicação da **Resolução nº 20, da Comissão de Ética Pública (CEP)**, que dispõe sobre compartilhamento de informações entre comissões de ética e órgãos de controle.

Para membros e responsáveis por comissões de ética setoriais, estão abertas **as inscrições para quatro turmas do curso de Gestão e Apuração da Ética: duas do Básico e duas do Avançado**. Se você não concluiu alguma dessas etapas da Trilha de Aprendizagem, inscreva-se!

Manteremos o formulário para coleta de dados para a **25ª Avaliação do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal** aberto até o dia 20 de setembro. Caso sua comissão ainda não tenha respondido o formulário, solicitamos que faça o preenchimento até a data mencionada.

Por fim, abordamos a **participação de membros da CEP** em eventos do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Ministério da Saúde/RJ e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

No texto "**Minuto da Ética**", falamos da **importância de agirmos de acordo com os preceitos éticos todo dia**. A nossa recomendação é que o "Minuto da Ética" seja distribuído e/ou veiculado nos órgãos e entidades, para disseminação de orientações sobre conduta ética e publicidade ao trabalho das comissões setoriais.

Lembre-se! O Boletim é um instrumento de todo o Sistema. Caso tenha alguma sugestão de texto a ser divulgado, escreva para nós!

Brasília, setembro de 2023.

Secretaria-Executiva da CEP

DESTAQUE

Especial Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética - Norte/Nordeste



Aconteceu, nos dias 24 e 25 de agosto, no auditório da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos no estado da Bahia, em Salvador, a primeira etapa dos Encontros Regionais do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal de 2023 - [Edição Norte/Nordeste](#). O evento reuniu cerca de 130 pessoas, que debateram temas relacionados à ética. Veja a cobertura completa do evento abaixo.

Encontros Regionais do SGEP

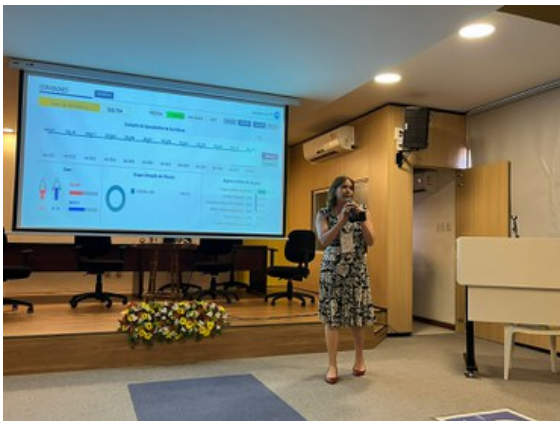
Os [encontros regionais do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal \(SGEP\)](#) têm como objetivo promover a cooperação técnica e a troca de conhecimento entre as comissões setoriais, bem como avaliar a qualidade da gestão da ética nos órgãos e entidades públicas federais. Os eventos são palco de debates relacionados à ética e gestão da ética pública, envolvendo agentes públicos e especialistas, além de oportunidade para compartilhamento de experiências e instrumentos de consolidação da cultura ética no Poder Executivo federal, considerando a realidade dos órgãos e entidades das regiões envolvidas.

"Ética e Diversidade" é tema de primeiro dia de Encontro na Bahia



Teve início, no dia 23 de agosto, na Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) – Bahia, em Salvador, o Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (SGEP) 2023 - Edição Norte/Nordeste. O primeiro dia, que contou com a participação de 130 espectadores, foi marcado pelas discussões acerca do tema “Ética e Diversidade” em um painel que teve como objetivo alertar para a importância da pluralidade e debater procedimentos para o fortalecimento do respeito e da conduta ética no serviço público, considerando a diversidade racial, de gênero, orientação sexual e demais grupos minoritários.

O referido painel teve início com a apresentação da mediadora, a Secretária-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP), Clarice Knih, que mostrou dados do MGI sobre a composição dos cargos públicos ocupados, divididos por gênero, constatando-se que há bem menos mulheres que homens ocupando cargos em comissão. Também foram explicitados dados de ocupação de funções por cor, raça e etnia,



demonstrando que a imensa maioria, 66%, é ocupada por pessoas que se declaram brancas.

Iniciando as exposições, a Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Symmy Larrat, salientou a realidade de o Brasil ter sido construído de tal forma que o direito das minorias foi

ignorado em prol de uma sociedade branca, machista, hétero e patriarcal. Nesse contexto, falou da extrema responsabilidade em desenvolver os trabalhos da Secretaria da Diversidade, haja vista a grande demanda por resgatar direitos para a comunidade LGBTQIA+, com intuito de alterar o cenário inicialmente apresentado no painel.

A Coordenadora de Ações Afirmativas no Serviço Público do Ministério da Igualdade Racial, Vanessa Patrícia Machado Silva, destacou a imensa demanda, não só pelos movimentos sociais, mas também de órgãos de Governo, que querem aprender sobre políticas de ações afirmativas, em especial acerca de normas de ensino da história africana, políticas de cotas raciais, entre outras. A Coordenadora revelou que há um trabalho integrado com o MGI para apresentação de nova proposta de lei de cotas raciais no serviço público. “As ações afirmativas no serviço público são uma necessidade para refletir a composição demográfica da sociedade brasileira. É urgente a necessidade de construção de um projeto de país antirracista”.



Por fim, a escritora e co-fundadora do Conselheiras 101, Jandaraci Araújo, salientou o papel de referência do Poder Público e da reposta que o Estado brasileiro precisa dar de modo que ações de inclusão realizadas no serviço público influenciem também nas ações do setor privado. “Precisamos sair do século 16 e entrar, definitivamente, no século 21”.

Os debates seguiram tratando, principalmente, sobre ações que podem ser desempenhadas pelas comissões de ética setoriais em seus órgãos e instituições face a construções de políticas públicas que englobem a diversidade.

Abertura

A primeira etapa dos encontros regionais do SGEP de 2023 trouxe, na mesa de abertura, o Presidente da CEP, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles, a Procuradora Geral Adjunta para Assuntos Jurídicos do Estado da Bahia, Patrícia Sabak; o Superintendente de



Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos na Bahia; Etevaldo Carneiro; o Corregedor-Geral da União, Ricardo Wagner de Araújo; o Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), Leonardo Góes Silva; e os Conselheiros da CEP Manoel Caetano e Bruno Espiñeira.

Reforçando a importância do tema debatido, Patrícia destacou, em sua fala, o compromisso da Bahia com a igualdade e a diversidade e reforçou o papel da ética como força motriz para uma sociedade que respeite a diversidade e tendência de cada grupo. Da mesma forma, Leonardo Góes falou do programa de compliance da Embasa, que tem grande agenda de diversidade.

Manoel Caetano e Bruno Espiñeira, Conselheiros da CEP, salientaram a importância da luta para construção de uma sociedade



mais justa, livre e solidária e que junte forças para combater a miséria e para erradicar todo tipo de preconceito, destacando que o respeito às diferenças deve ser essencial no contexto público e de entidades privadas. Na mesma linha, Etevaldo

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Carneiro complementou dizendo que não há como um país ser ético enquanto tiver gente passando fome.

O Corregedor-Geral da União, Ricardo Wagner de Araújo, que exerceu o cargo de Secretário-Executivo na CEP em 2022, revelou que a atuação no Colegiado fez com que reforçasse a ideia de que um trabalho preventivo é muito mais importante que uma ação repressiva. “São



mais de 240 órgãos e entidades que são supervisionados e coordenados pela CEP e precisamos conscientizar que a missão da ética é função de Estado e é essencial ao fomento à diversidade.” Ricardo ainda deixou registrado que não há sombreamento entre a ética e a disciplina. “É preciso trabalhar lado a lado para que consigamos deixar às próximas gerações um Brasil melhor.”

Encerrando o primeiro momento do evento, o Presidente da CEP, Edson Sá Teles, reforçou a fala do Corregedor e apontou que é preciso que as comissões de ética setoriais e as corregedorias estejam próximas e de mãos dadas nos órgãos. Também falou sobre o compromisso feito entre a CEP e a CGU de compartilhamento de informações obtidas nas instâncias ética e correccional, inclusive com a edição de uma Resolução para tratar sobre o assunto. Edson ainda destacou que há questões que são inaceitáveis, no que tange à diversidade e inclusão, o que demonstra



a importância do tema abordado no primeiro dia do evento. “Quisemos trazer para vocês nos painéis de hoje e de amanhã temas importantes e muito caros para nossa vida, que precisam ser debatidos.”

Encontro do Sistema de Gestão da Ética realiza reunião técnica com comissões de ética setoriais



A manhã do segundo dia do Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (SGEP) 2023 - Edição Norte/Nordeste foi destinada às comissões de ética setoriais. Na ocasião, a Secretária-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP), Clarice Knihs; a Coordenadora-Geral de Análise de Conflito de Interesses, Ana Maria Melo Duarte Guimarães; o Coordenador-Geral de Análise de Processo Ético, Maxwell Novais Oliveira; e a Assistente da SECEP Márcia Freitas apresentaram temas importantes para o Sistema, incluindo assuntos como conflito de interesses, tratamento e apuração de denúncias de infração ética, assédio moral e sexual, além de apresentar algumas novidades na revisão da base normativa. Cerca de 100 pessoas participaram do momento.

Finalizando a manhã, membros e secretários-



COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

executivos das comissões de ética setoriais tiveram a oportunidade de debater com os membros da Secretaria Executiva da CEP sobre os assuntos apresentados, além de questões relevantes sobre diferença entre atos de gestão interna e assédio.

Debates do segundo dia abordaram relação entre ética e integridade e desafios na gestão da ética



Dando continuidade ao Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (SGEP) 2023 - Edição Norte/Nordeste, na tarde do dia 25 de agosto os presentes participaram de debates englobando os temas “ética e integridade” e os “desafios na gestão da ética”.

Integridade

No primeiro Painel do dia, intitulado “Ética como um dos Pilares para a Integridade”, participaram Luiz Augusto Navarro Filho, Diretor de Compliance e Riscos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Mariana Montenegro, Diretora de Governança e Estratégia dos Correios; e Mário Spinelli, Diretor Executivo de Governança e Conformidade da Petrobras. Os três participantes

falaram sobre sua experiência como membros de comissão de ética e, agora, atuando na área de governança e integridade.

Mediando o painel, o Presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), Edson Leonardo Dalescio Sá Teles, ressaltou o quanto é importante a existência de gestores que já transitaram nas duas áreas, pois assim conseguem perceber que os dois assuntos convergem para um propósito único de manter o ambiente público íntegro e probo.



Durante a exposição, Luiz Augusto Navarro falou que a integridade não reduz o papel da ética, pois há questões que tangenciam diversos órgãos da administração (corregedoria, comissão de ética, integridade, diretorias). Dessa forma, é necessário que haja uma atuação coordenada, cada um em sua área de competência.

A Diretora de Governança e Estratégia dos Correios, Mariana Montenegro, reforçou que, para se colocar em prática os princípios da governança e de compliance, é imprescindível o apoio nos diversos pilares, incluindo o sistema ético. “É papel das comissões de ética trabalhar a prevenção. O trabalho preventivo e educativo é o papel mais nobre da comissão de ética setorial. A área de Integridade deve ser responsável pela segunda linha de defesa da Administração, com orientações claras ao gestor – e aqui entra o sistema ético.”

Finalizando a apresentação e corroborando o exposto anteriormente, Mário



Spinelli, Diretor Executivo de Governança e Conformidade da Petrobras ressaltou que, hoje, a comissão de ética da Petrobras faz um trabalho muito mais preventivo, mas também subsidia a elaboração das políticas de

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

prevenção de violações éticas dentro da Petrobras, disseminando a cultura da ética inclusive nos locais mais longínquos da Administração Central. “Na Petrobras há uma preocupação extrema com gestão de riscos e, por isso, há uma política rígida de segurança na empresa, da qual a comissão de ética participa e ajuda a fiscalizar.”

Gestão da Ética

Para tratar dos “Desafios na Gestão da Ética” foram convidados os ex-Secretários-Executivos da CEP Ricardo Wagner De Araújo, Corregedor-Geral da União; Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; e Regis Xavier Holanda, Presidente da 2ª Seção do CARF, mediados pelo Corregedor da DATAPREV e ex-Conselheiro da CEP, Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega, que destacou contribuição relevante e imprescindível dos ex-SECEPs na condução dos trabalhos da CEP.

No início da apresentação, Carlos Higino relatou que as situações de poder é que geralmente criam oportunidades de riscos de conflito de interesses e que é muito importante que haja padrões éticos definidos e difundidos, com mudança de cultura, a fim de evitar os conflitos.



Destacou, ainda, a importância da isenção nas apurações éticas e garantia de ampla defesa a todos os tipos de infração.

Regis Holanda salientou que o principal papel das comissões de ética é na atuação preventiva, com vistas a preencher a carência dos servidores de orientação e instrução para evitar o cometimento de violações éticas e disciplinares. Outro ponto fundamental é ter uma atuação proativa, em parceria com as corregedorias, fiscalizando o cumprimento das normas e evitando conflito de interesses dos agentes públicos nas respectivas esferas de competência. “É preciso sair da passividade de somente aguardar consultas, para, de maneira proativa, realizar fiscalização, por meio de cruzamento de dados.”

Conforme abordado em outros momentos do Encontro, o ex-SECEP e atual Corregedor-Geral da União, Ricardo Wagner, também compartilhou da ideia de que não há sobreposição entre as apurações éticas e correccionais, de acordo com cruzamento de bancos de dados,

realizado quanto à aplicação de censuras éticas e penalidades disciplinares pelos mesmos fatos. “É fundamental que as comissões setoriais atuem de forma aproximada com as corregedorias de seus órgãos, uma vez que as atividades preventivas desenvolvidas pelos colegiados na instância ética são aptas a reduzir os processos que chegam nas corregedorias.”

Ricardo também falou dos avanços percebidos na estrutura da CEP, de 2016 a 2022, e citou, como grande desafio, a existência de um



código de conduta unificado para toda a administração, com detalhamento de um rito processual. Por fim, destacou a importância do trabalho de gestão de riscos éticos, em parceria entre comissões de ética e corregedorias, e falou do manual da CRG sobre gestão de riscos disciplinares.

Apresentação Cultural

Um grande destaque nos dois dias de evento foi a atração cultural oferecida pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia aos participantes do Encontro, no intuito de divulgar a riqueza da cultura baiana. Dançarinos e músicos da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) se apresentaram ao público com muita beleza e alegria. A plateia foi convidada a participar das danças e cantos, em uma demonstração do espírito acolhedor e alegre do povo baiano, que emocionou e contagiou a todos.



Finalizando o Encontro, o Presidente da CEP agradeceu a participação dos inscritos e parabenizou o trabalho executado pelas comissões de ética setoriais em prol do bom funcionamento do serviço público federal. Fotos do evento estão disponíveis na [página do Encontro](#).

INFORMES

CEP publica resolução para compartilhamento de informações entre comissões de ética e órgãos de controle

Foi publicada, no dia 4 de setembro, no Diário Oficial da União, a Resolução CEP nº 20, de 1º de setembro de 2023, aprovada pelo Colegiado da Comissão de Ética Pública (CEP), com o objetivo de regulamentar o compartilhamento de informações entre as comissões de ética e os órgãos de controle nas organizações públicas federais. A finalidade da norma é promover o princípio da economicidade nos processos administrativos e aumentar a qualidade e a eficiência dos procedimentos no âmbito da Administração Pública federal.

O acesso integral a processos éticos em curso continua permitido somente após sua conclusão, no entanto, a nova Resolução flexibiliza o compartilhamento de informações necessárias à instrução de procedimentos correccionais ou de auditoria, observadas as hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça. A norma traz, ainda, o rol de requisitos necessários para atendimento ao pedido de compartilhamento de documentos.

A nova Resolução da CEP entra em vigência no dia 2 de outubro de 2023. Acesse aqui o [texto completo da Resolução CEP nº 20, de 1º de setembro de 2023](#).

Inscrições abertas para turmas do Curso de Gestão e Apuração da Ética – BÁSICO e AVANÇADO

Estão abertas as inscrições para turmas do curso de Gestão e Apuração da Ética – BÁSICO e AVANÇADO, ofertado pela Comissão de Ética Pública (CEP), em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Cada turma disponibiliza 35 vagas.

BÁSICO

A primeira turma, com aulas de 3 a 6 de outubro, das 8h30 às 11h30, está com inscrições abertas até 25 de setembro. Já a segunda, com aulas de 16 a 19 de outubro, das 9h às 12h, tem inscrições até 8 de outubro. [Inscrições aqui](#).

AVANÇADO

Para o Avançado, também são duas turmas: a primeira, com aulas de 2 a 6 de outubro, das 14h às 17h, tem inscrições até 24 de setembro. As aulas da segunda turma ocorrerão de 23 a 27 de outubro, das 14h30 às 17h30, e as inscrições podem ser feitas até 15 de outubro. [Inscrições aqui](#).

Os cursos acontecem na modalidade remota, ou seja, em uma sala virtual, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, na qual participantes e professor irão se encontrar nos dias e hora marcados. As vagas disponíveis são prioritariamente para membros e secretários(as)-executivos(as) de comissão de ética. Para o curso BÁSICO é necessário que o inscrito tenha concluído o curso de [Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública](#), na modalidade EaD, disponível na página da ENAP, que pode ser feito a qualquer momento. Para o curso AVANÇADO, é necessário que o aluno tenha concluído, também, o curso de Gestão e Apuração da Ética – BÁSICO.

Os principais tópicos a serem abordados nas aulas do curso BÁSICO são:

- Legislação e atos normativos que tratam sobre ética profissional de servidores públicos civis do Poder Executivo federal;
- Ética Profissional: relações sociais, virtudes profissionais, deveres e dilemas éticos da profissão e ética como instrumento de gestão;
- Comissão de Ética Pública e sua Secretaria-Executiva: composição, competências, organização e funcionamento;
- Plano de Trabalho da Comissão de Ética;
- Plano de comunicação (campanhas de prevenção e divulgação) e gestão documental dos trabalhos da Comissão.

Os principais tópicos a serem abordados nas aulas do curso AVANÇADO são:

- Conflito de interesses: Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), processo de Consulta de Conflito de Interesses na CEP, medidas mitigatórias, condicionantes e punições;
- Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP);
- Conflito no ambiente de trabalho: possíveis soluções, aplicação da comunicação não violenta e escuta-ativa;
- Técnicas de Mediação para resolução de conflitos;

- Processo ético.

Trilha de Aprendizagem da Ética

A [trilha de aprendizagem da Ética](#) inicia-se com o curso de [Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública](#), na modalidade EaD, que pode ser feito a qualquer momento, inclusive antes do ingresso de um membro em uma comissão de ética.

O curso Básico de Gestão e Apuração da Ética Pública é o segundo na Trilha de Aprendizagem para membros das CES, seguido do curso Avançado.

25ª Avaliação do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal



Manteremos o [formulário para coleta de dados para a 25ª Avaliação do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal](#) aberto até o dia **20 de setembro**. Caso sua comissão ainda não tenha respondido o formulário, solicitamos que faça o preenchimento, da forma mais completa possível, até a data mencionada.

Presidente da CEP participa de Ciclo de Palestras para Conselheiros de Administração promovido pelo MGI



O Presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), Edson Leonardo Dalescio Sá Teles, participou, no dia 30 de agosto, do 3º Encontro do 1º Ciclo de Palestras para conselheiros de administração das empresas estatais federais, promovido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Neste 3º Encontro, com tema "Integridade, controle e agenda ASG", o Presidente da CEP falou sobre "Ética e Prevenção ao Conflito de Interesses". Também participaram da reunião a Secretária-Executiva da Controladoria-Geral da União (CGU), Vania Lúcia Ribeiro Vieira, e a Presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Betânia Lemos.

Ciclo de Palestras

O evento, realizado de forma virtual, teve como objetivo qualificar conselheiros(as) de administração, desenvolvendo as competências relacionadas à atuação nas estatais, aprimorando a tomada de decisões e promovendo o debate de temas relevantes e a conscientização do papel social das empresas estatais. Cerca de 470 conselheiros(as) foram convidados a participar do encontro.

Mais informações sobre o evento pelo e-mail relacionamento.conselheiros@economia.gov.br.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

Conselheiros da CEP participam de eventos do Ministério da Saúde/RJ e da ANTT



No dia 31 de agosto, a Comissão de Ética Pública (CEP) foi representada por dois de seus conselheiros em eventos no Rio de Janeiro e em Brasília. O Presidente da CEP, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles, proferiu a palestra "Ética no Serviço Público" durante a cerimônia de comemoração de 2 anos da Comissão de Ética do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, que aconteceu no auditório do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO/MS).

O Presidente também participou da mesa de abertura, que contou com o Presidente da Comissão de Ética do MS/RJ, Thiago Cruz, com a Diretora do INTO/MS, Germanda Lyra Bahr, e com representantes do Ministério da Saúde: a Presidente da



Comissão de Ética, Antonia Ferreira Leite; o Chefe da Assessoria de Controle Interno, Aricinaldo Silva; o Coordenador de Integridade, Danilo de Medeiros; e o Diretor do Departamento de Gestão Hospitalar, Alexandre Telles. O evento foi transmitido e está disponível [clikando aqui](#).

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

Já o Conselheiro da CEP Edvaldo Nilo de Almeida participou, na manhã do dia 31 de agosto, do Painel “Conflito de Interesses na Regulação Pública”, realizado no Seminário de Fiscalização Correcional da Regulação Pública, promovido pela Corregedoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O Painel ainda contou com a presença do Corregedor-Geral da União, Ricardo Wagner de Araújo, e do Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, Rodrigo Valgas dos Santos.



No segundo dia de evento, que reuniu juristas especializados em regulação, fiscalização e controle das agências reguladoras e outras entidades de fiscalização, foram abordadas, ainda, as seguintes temáticas: “Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais” e “Regulação e Defesa da Concorrência”.

Sua Comissão de Ética tem promovido ações e/ou eventos relacionados à Ética?

Envie para o e-mail eticase@presidencia.gov.br ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública. **Mostre as ações de sua Comissão e vamos juntos disseminar a cultura da Ética no serviço público.**



EXPEDIENTE

**Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal
produzido pela Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética da Secretaria-
Executiva da Comissão de Ética Pública**
Edição 62 – Setembro de 2023

Secretária-Executiva

Clarice Knihs

Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética

Ana Maria Machado Marques (Coordenadora-Geral Substituta)

Débora Cristina Soares Santos

Eliane de Godoi Menezes

Natália Roberta de Sousa Morato

Roméa Almeida Ribeiro

Sara Neves Rozendo (Estagiária)

Textos

Natália Morato

Diagramação

Natália Morato

Minuto da Ética

Roméa Almeida Ribeiro,
com contribuições de Ana Maria Machado

Setembro/ 2023

Ética todo dia

Setembro chegou!

No mês da Pátria, a comemoração resgata parte da História do Brasil. A independência do país, que foi ilustrada pelo pintor paraibano Pedro Américo em uma de suas obras, é celebrada no dia 7 de setembro e, ainda nos dias de hoje, traz lembranças, emoções e reflexões por muitos brasileiros que têm a nação como sua casa.

Quadro: 'Independência ou Morte' (de Pedro Américo)



Fonte:
<<https://artsandculture.google.com/asset/independencia-ou-morte/VwEourjRSnxAXQ?hl=pt-BR>>

Semelhantemente, a ética também tem sua história, começando pela etimologia da palavra. "Ética" tem origem no grego *ethos*, que significa tanto "casa ou morada", quanto "hábito ou comportamento que resulta da repetição constante", associada às experiências da vivência em sociedade, juntamente com seus valores.

No contexto da Administração Pública, a palavra "Ética" consiste na conduta racional e respeitosa que se espera dos agentes públicos, em sua missão de servir à sociedade. De acordo com essa acepção, toda prática no serviço público deve ser realizada tendo como finalidade o bem comum. Sobre o tema, o [Código de Ética do Poder Executivo Federal](#) nos instiga:

"A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum."

Assim, o Código nos convida a fazer da ética a nossa prática de todos os dias. Não deve ser como um acontecimento histórico, com data marcada, mas uma conduta comum e diária.

Como agentes públicos, temos a honrosa oportunidade de trabalhar por uma nação justa, livre e solidária. Sigamos, portanto, tal como sugere o Hino da Independência, no fervor pelo Brasil, manifestando o compromisso pelo bem comum em nosso cotidiano.

Conte com a Comissão de Ética do(a) **Órgão/entidade** nessa jornada. Precisando fazer uma consulta ou denúncia, não hesite em nos procurar!